

SETOR DE TI DO DISTRITO FEDERAL REPUDIA PUBLICAÇÃO PRECONCEITUOSA DO JORNAL “O GLOBO”

O SINFOR-DF (Sindicato da Indústria da Informação do Distrito Federal) repudia reportagem publicada na edição de 08/08/2018 do jornal O Globo, onde é traçado um quadro injusto do setor de Tecnologia da Informação no Distrito Federal. A matéria fala, inclusive, de corrupção sistêmica, sem comprovar esta grave afirmação.

São citadas, na reportagem, distorções administrativas ou comportamentais que existem em qualquer setor da economia nacional, mas que são exceções no setor de TI. Possíveis irregularidades são investigadas pelo Poder Público e nunca são acobertadas pelas entidades representativas da classe produtora e, em particular, por este Sindicato.

Pela falta de fundamentação da reportagem, estamos diante de uma agressão contra o setor produtivo local. O fato é altamente danoso, nesse período crítico de encerramento de gestões no Poder Executivo e em meio à tensão natural pela eleição de novos governantes. Interesses escusos, de grupos localizados fora da Capital Federal, podem estar despertando estas acusações, a partir de situações suspeitas que vêm sendo apuradas e punidas com o aplauso dos integrantes do setor de TI.

Qualquer empresa que, por acaso, opere fora dos padrões técnicos, administrativos e éticos, não conta com o respaldo do Sinfor-DF. O ambiente justo de negócios permite que, na livre disputa de mercado, empresas concorrentes denunciem possíveis irregularidades. Esta é outra forma de controlar os chamados abusos. Recursos administrativos e judiciais são comuns nas licitações, e aceitos pelos órgãos públicos que comandam as concorrências.

O setor de TI do Distrito Federal, assim como muitos outros, já vem sofrendo com a dura realidade política e econômica do país, mas pode mesmo, como a reportagem afirma, ser citado como o Vale do Silício brasileiro, pela qualidade dos produtos e serviços oferecidos ao Poder Público.

Mais de 30 mil profissionais atuam em mais de mil empresas de TI no Distrito Federal. É um mercado que pode, efetivamente, atingir a marca próxima dos R\$ 5 bilhões anuais, mas que não está restrito às empresas brasileiras. Constitucionalmente, empresas brasileiras de qualquer região podem assumir projetos disputados abertamente em licitações.

Instruções normativas específicas para o setor de TI, produzidas pelo Ministério do Planejamento, em trabalho integrado com o TCU, regem cada vez com maior rigor, cada compra governamental. São aquisições fortemente reguladas pelos órgãos de controle, justamente para evitar abusos e distorções. Transparência é a palavra de ordem e as regras de “compliance” são a cada momento mais abrangentes. Quem se arrisca a sair desse controle está fadado a responder severamente pelos seus atos.

Convocamos o testemunho do Ministério do Planejamento, Tribunal de Contas da União, Procuradoria Geral da República, Corregedoria Geral da União e outros órgãos, neste processo de purificação do setor, onde atuam empresas brasilienses aptas a assumir projetos de ponta e gerar produtos de excelência, não só em Brasília, como em muitos outros pontos do Brasil e do mundo.

Diante de todas essas afirmações, o Sinfor-DF e outras entidades locais e nacionais, representativas da TI, estão disponíveis para debater, em ambiente apropriado, situações citadas na reportagem de O Globo, que podem não ser necessariamente irregulares, embora contestadas por quem não tem conhecimento técnico.

Há práticas modernas no mercado que permitem trabalho à distância ou representação de marcas internacionais. Situações especiais são aceitas nos editais de contratação de produtos e serviços. Esta realidade pode sofrer avaliação preconceituosa e leiga da parte de quem não é especializado na matéria. Importante informar que a moderna legislação federal privilegia e incentiva a participação de microempresas nas licitações, assim como é intenso o incentivo ao modelo de “start-up”. Alguma empresa desse porte pode ser confundida com “empresa de fachada”, o que é julgamento bastante injusto na modernidade em que vivemos.

Retorna, nesta reportagem de O Globo, o arcaico conceito político de estatização das atividades de tecnologia, assim como a defesa romântica do software livre, depois de tantos fracassos com experiências feitas em diversos governos. A presença da iniciativa privada na Tecnologia da Informação é garantia de atualização e de democratização de serviços que, limitados ao plano estatal, viveriam atrofiados.

Finalmente, clamamos por cautela na publicação de conteúdos que maculam a imagem da maioria, por conta da má postura de uma minúscula minoria, principalmente nestes tempos que tanto se fala em divulgações inverídicas. Veículos de comunicação devem sim, realizar um debate civilizado e respeitoso sobre o papel das empresas e as compras do setor público. Sem isso, todo o Brasil será prejudicado, num momento em que precisamos unir forças para traçar um futuro de progresso.

Ricardo de Figueiredo Caldas
Presidente